

FSP
12/5/96
244
1-18

Principais propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos

 <p>Aumentar a segurança das pessoas</p>	<p>Curto prazo Legislação para restringir uso de armas por cidadãos e regular uso por policiais; sistemas integrados de controle de armamentos;</p>	<p>melhorar a capacitação dos policiais; cursos de direitos humanos para policiais; fortalecimento das corregedorias nas polícias; afastamento das</p>	<p>funções de policiais acusados de violência contra cidadãos; apoio à tramitação do novo Código de Trânsito; programas para prevenir acidentes e mortes no trânsito</p>	<p>Médio prazo Programas de capacitação material das polícias; regulamentação dos serviços privados de segurança</p>
 <p>Diminuir a impunidade</p>	<p>Curto prazo Atribuir à Justiça Federal competência na área dos direitos humanos; transferir à Justiça Comum a competência para julgar militares; modernizar o Judiciário e o sistema de proteção dos</p>	<p>direitos humanos; regulamentar o artigo 129 da Constituição, que trata das funções do MP; programas de proteção a vítimas e testemunhas; projeto de lei para tipificar o crime de tortura; criação de conselhos estaduais e</p>	<p>municipais de direitos humanos; fortalecimento da Ouvidoria-Geral da República Médio prazo Legislação sobre abuso de autoridade e desacato à autoridade; fortalecimento dos</p>	<p>institutos médicos legais; cadastro nacional de informações criminais Longo prazo Apoio à criação do Conselho Nacional de Justiça</p>
 <p>Eliminar o trabalho forçado</p>	<p>Curto prazo Legislação para coibir o trabalho</p>	<p>forçado; mecanismos para fiscalizar e coibir trabalho forçado</p>	<p>Médio prazo Divisão nas polícias para trabalho</p>	<p>forçado e exploração do trabalho infanto-juvenil</p>
 <p>Aprimorar sistema de penas privativas de liberdade</p>	<p>Curto prazo Agilização de processos de execução criminal; regimes de</p>	<p>prisão aberta e semi-aberta; legislação sobre penas alternativas à prisão</p>	<p>Médio prazo Agilização de procedimentos judiciais; educação e treinamento</p>	<p>profissional do preso; programas de assistência à saúde do preso</p>
 <p>Garantir tratamento igualitário perante a lei</p>	<p>Curto prazo Campanha para dotar todos os cidadãos dos documentos básicos da cidadania; melhoria do</p>	<p>tratamento de dependentes de drogas ilícitas; participação de portadores do HIV/Aids e suas organizações na implementação</p>	<p>de políticas para o problema; criação de Procons municipais; legislação proibindo discriminação; revogação de</p>	<p>normas discriminatórias na legislação infraconstitucional Médio prazo Carteira nacional de identidade</p>
 <p>Proteger os direitos das crianças e adolescentes</p>	<p>Curto prazo Legislação contra violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes; legislação para eliminar o trabalho infantil e proteger o adolescente</p>	<p>trabalhador; legislação para coibir exploração sexual infanto-juvenil; política nacional de estímulo à adoção; programas socioeducativos para autores de ato infracional</p>	<p>Médio prazo Capacitação de profissionais pela proteção dos direitos da criança e do adolescente; sistemas de informação e monitoramento da situação dos direitos das crianças</p>	<p>Longo prazo Varas, promotorias e delegacias para crimes envolvendo crianças e adolescentes; reorganização dos estabelecimentos de privação de liberdade</p>
 <p>Proteger os direitos das mulheres</p>	<p>Curto prazo Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher; centros integrados de assistência para mulher sob risco de violência; políticas de combate à violência</p>	<p>doméstica sexual Médio prazo Regulamentação do inciso XX do artigo 7º da Constituição, que trata das proteções da mulher no mercado de trabalho; revogação</p>	<p>de normas discriminatórias na legislação infraconstitucional; legislação de combate à discriminação com base em gênero; perspectiva de gênero na educação e treinamento de</p>	<p>funcionários públicos e currículos escolares Longo prazo Implementação de leis que asseguram a igualdade de direitos das mulheres e dos homens</p>
 <p>Proteger os direitos da população negra</p>	<p>Curto prazo Quesito "cor" nos sistemas de informação sobre a população Médio prazo</p>	<p>Revogação de normas discriminatórias na legislação infraconstitucional; legislação de combate à violência e</p>	<p>discriminação racial; banco de dados sobre a situação dos direitos dos negros Longo prazo</p>	<p>Promover econômica e socialmente a população negra; preservação da memória e fomento à produção cultural</p>
 <p>Proteger os direitos dos povos indígenas</p>	<p>Curto prazo Substituição de políticas assimilacionistas e assistencialistas por políticas de proteção dos direitos dos povos indígenas;</p>	<p>revisão do Estatuto do Índio; demarcação e homologação das terras indígenas; garantia à Funai de recursos suficientes para sua missão; garantia de assistência na</p>	<p>área da saúde e da educação Médio prazo Sistema de vigilância em áreas indígenas para prevenir invasões; levantamento de informações</p>	<p>sobre conflitos e violência em terras indígenas Longo prazo Reorganização da Funai</p>